



TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União

RREO em Foco

MINISTRO DA ECONOMIA

Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO ESPECIAL DA FAZENDA

Waldery Rodrigues Júnior

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Mansueto Facundo de Almeida Júnior

SECRETÁRIO-ADJUNTO

Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO

Luciano Moura Castro do Nascimento

GERENTE

Henrique Guilherme do Amaral Santos

EQUIPE TÉCNICA

Diego Rodrigo Lopes Batista da Rocha

José Airton Lacerda de Jesus

Rubem Mateus de Arruda Ziegler

Sandro Alex Bezerra Vieira

Fevereiro de 2019

Sumário

Anexo 1

Port. STN 389/2018

Balanço Orçamentário

Anexo 3

Port. STN 389/2018

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 389/2018

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 389/2018

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 389/2018

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 389/2018

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

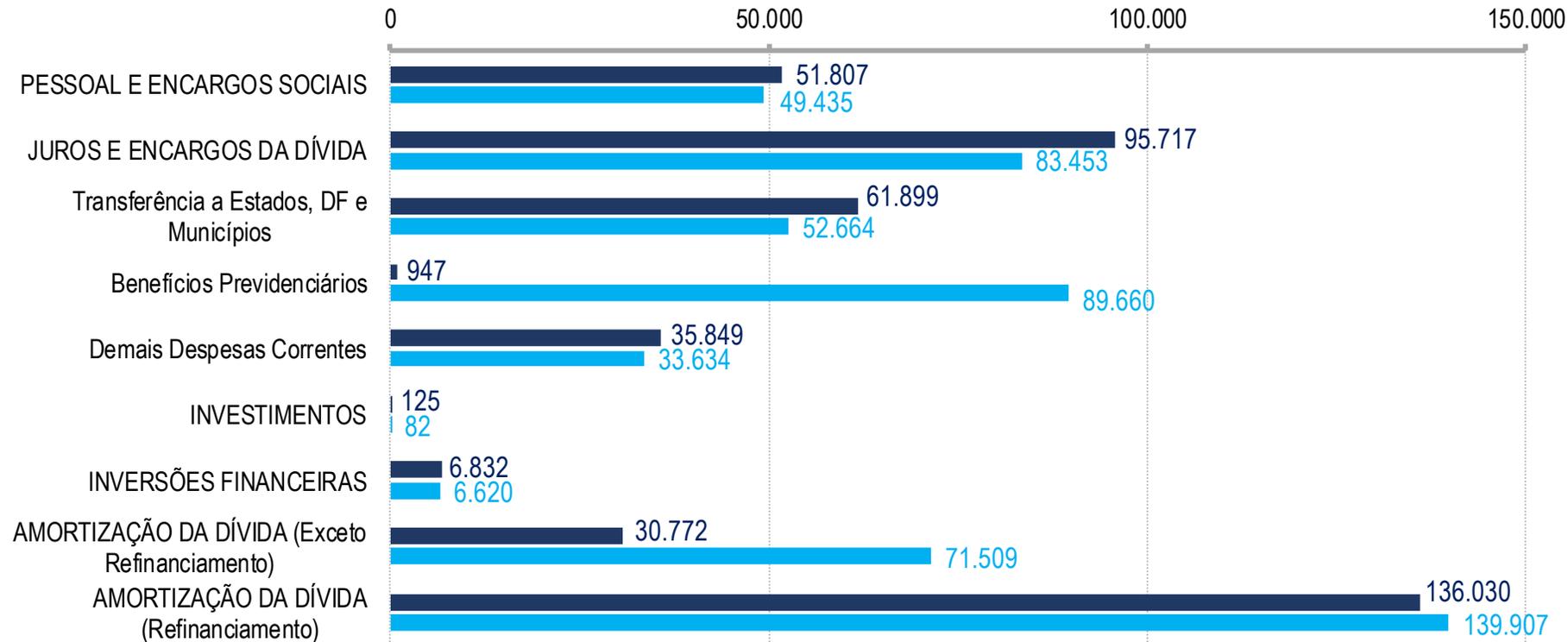
Demonstrativo de Disponibilidades e Fluxos

Anexo 1

Port. STN 389/2018

Balanço Orçamentário**Despesas Executadas – até Fevereiro/2019 x até Fevereiro/2018 (R\$ milhões)**

O Balanço Orçamentário fornece uma visão geral da execução orçamentária, segundo a classificação por grupos de natureza de despesa. O gráfico abaixo compara os valores executados em cada grupo de natureza de despesa, do período de referência do exercício atual com o período de referência do exercício anterior.

**Despesas Liquidadas ou Executadas**

A liquidação é a fase da execução da despesa entre o empenho e o pagamento. É a fase em que se reconhece o direito do fornecedor do bem ou serviço, surgindo, para a União, a obrigação de pagar. É a fase em que se apropria a despesa orçamentária ao longo do exercício financeiro. Ao final do exercício, as despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são consideradas executadas.

Refinanciamento

Despesas orçamentárias com o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária.

■ Até o mês/ 2019

■ Até o mês/2018

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019 e de fevereiro de 2018, Anexo 1 – Balanço Orçamentário.

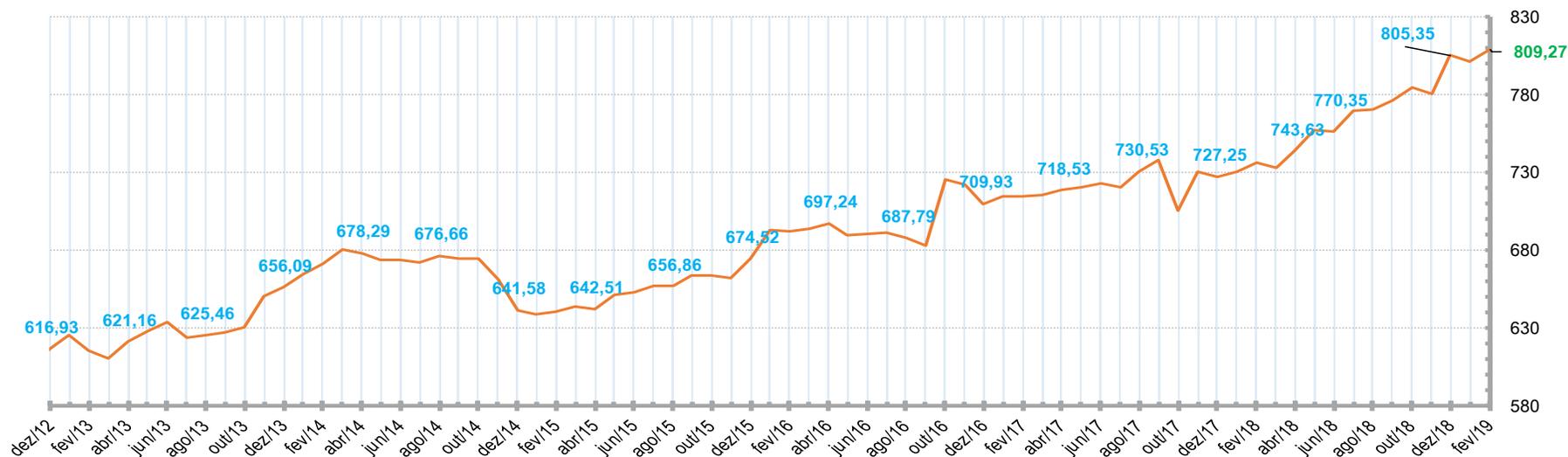
Anexo 3

Port. STN 389/2018

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	FEV/2019
Receita Corrente Bruta	1.135	1.220	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.548
Receita Tributária	348	376	400	425	459	465	507	518
Receita de Contribuições	590	643	671	688	730	800	844	845
Demais Receitas Correntes	197	201	172	170	172	143	184	186
Deduções	518	564	602	608	651	681	730	739
Transf. Constitucionais e Legais	184	203	218	214	239	240	267	271
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	274	298	319	326	342	361	380	385
Outras Deduções	60	63	65	68	70	80	84	83
Receita Corrente Líquida (RCL)	617	656	642	675	710	727	805	809

**RCL**

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida.

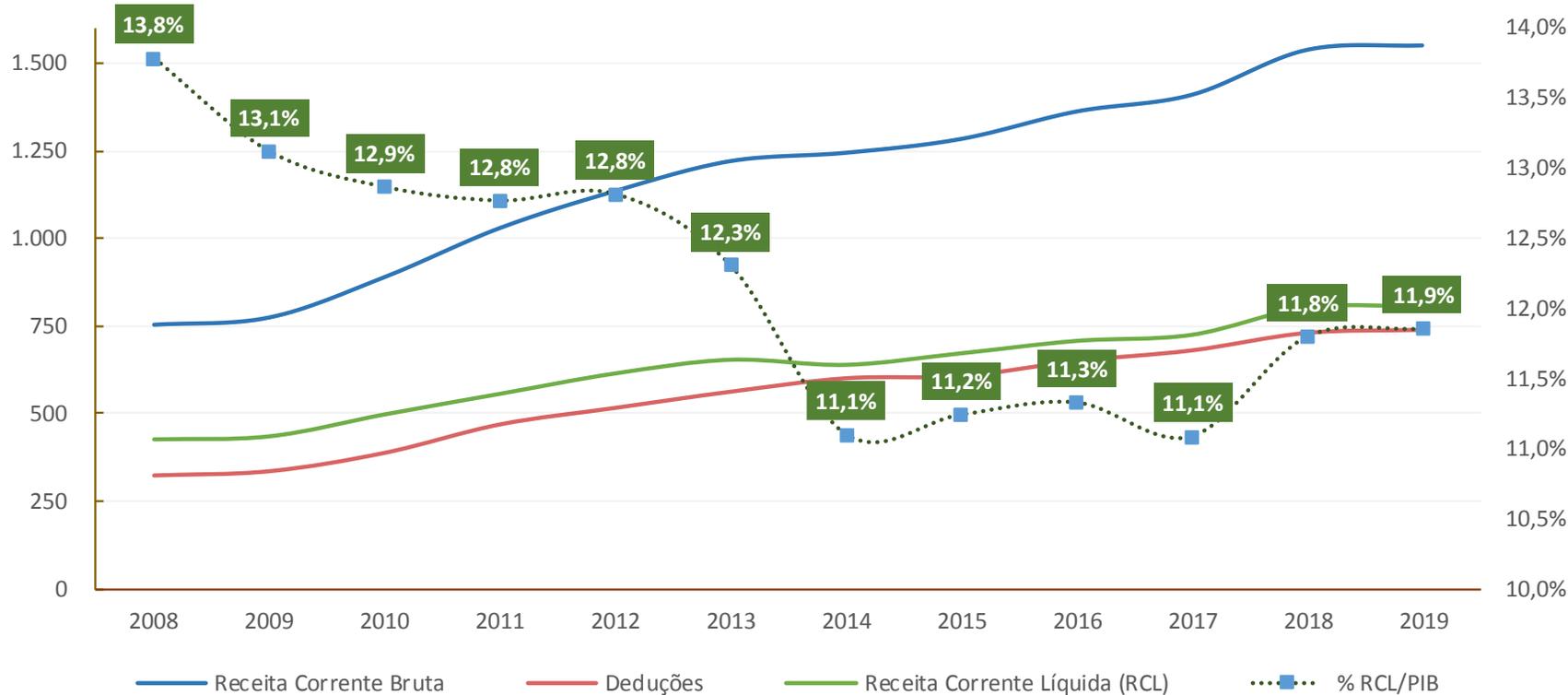
Anexo 3

Port. STN 389/2018

Receita Corrente Líquida em Relação ao PIB

Evolução dos componentes da RCL e relação da RCL sobre o PIB (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra a evolução da RCL, apontando um crescimento nominal em todo o período dos últimos 12 anos. Entretanto, a partir de 2012, percebe-se uma redução no ritmo desse crescimento. Em relação ao PIB, houve quedas sucessivas da RCL desde 2008, passando de 13,8% para 11,1% em 2017. A partir de 2018, o percentual da RCL em relação ao PIB apresenta recuperação, estando em 11,9% em fevereiro de 2019.



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PIB

PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida e IBGE.

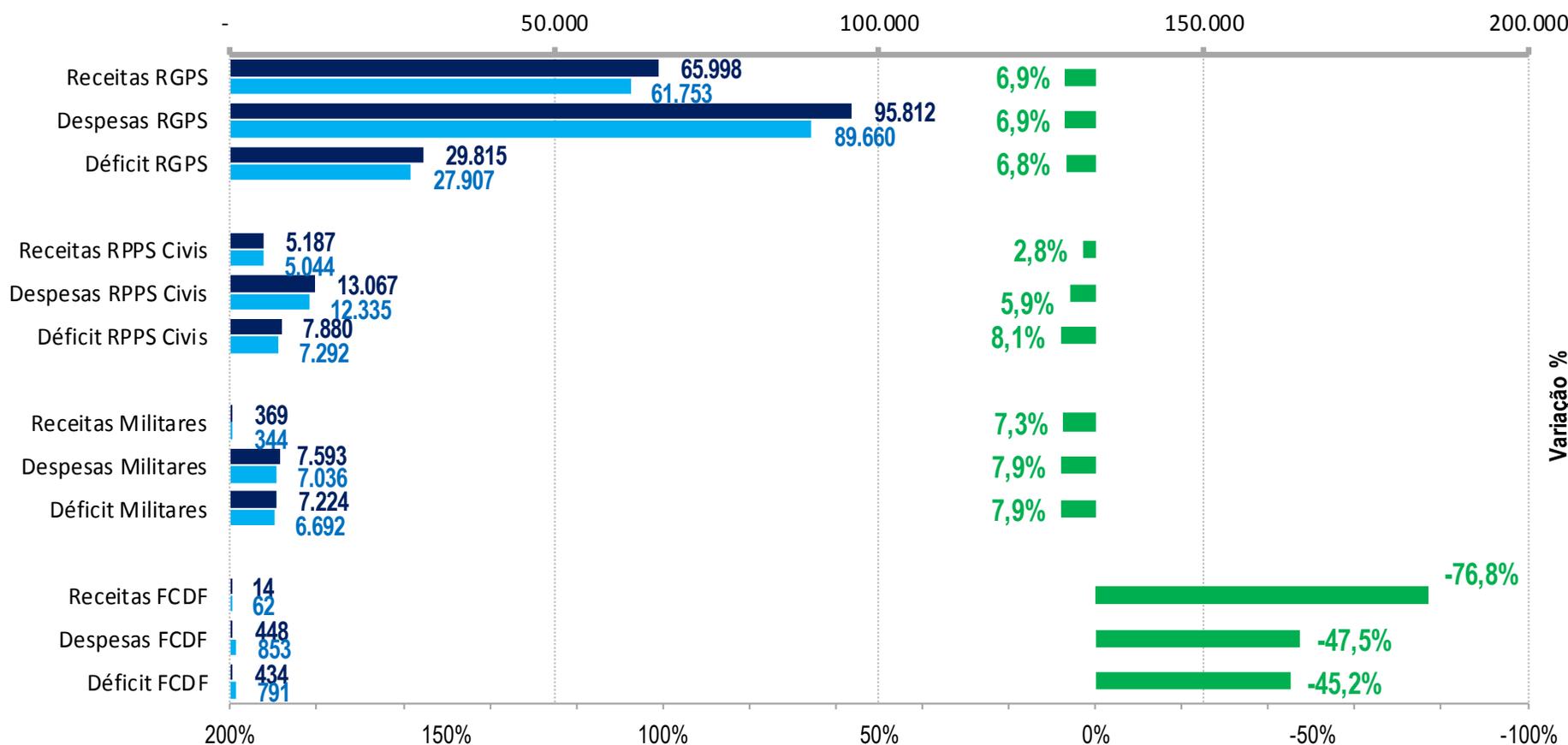
Anexo 4

Port. STN 389/2018

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - até Fevereiro/2019 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2019

■ 2018

■ % 2019/2018

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Anexo 4 – Previdência.

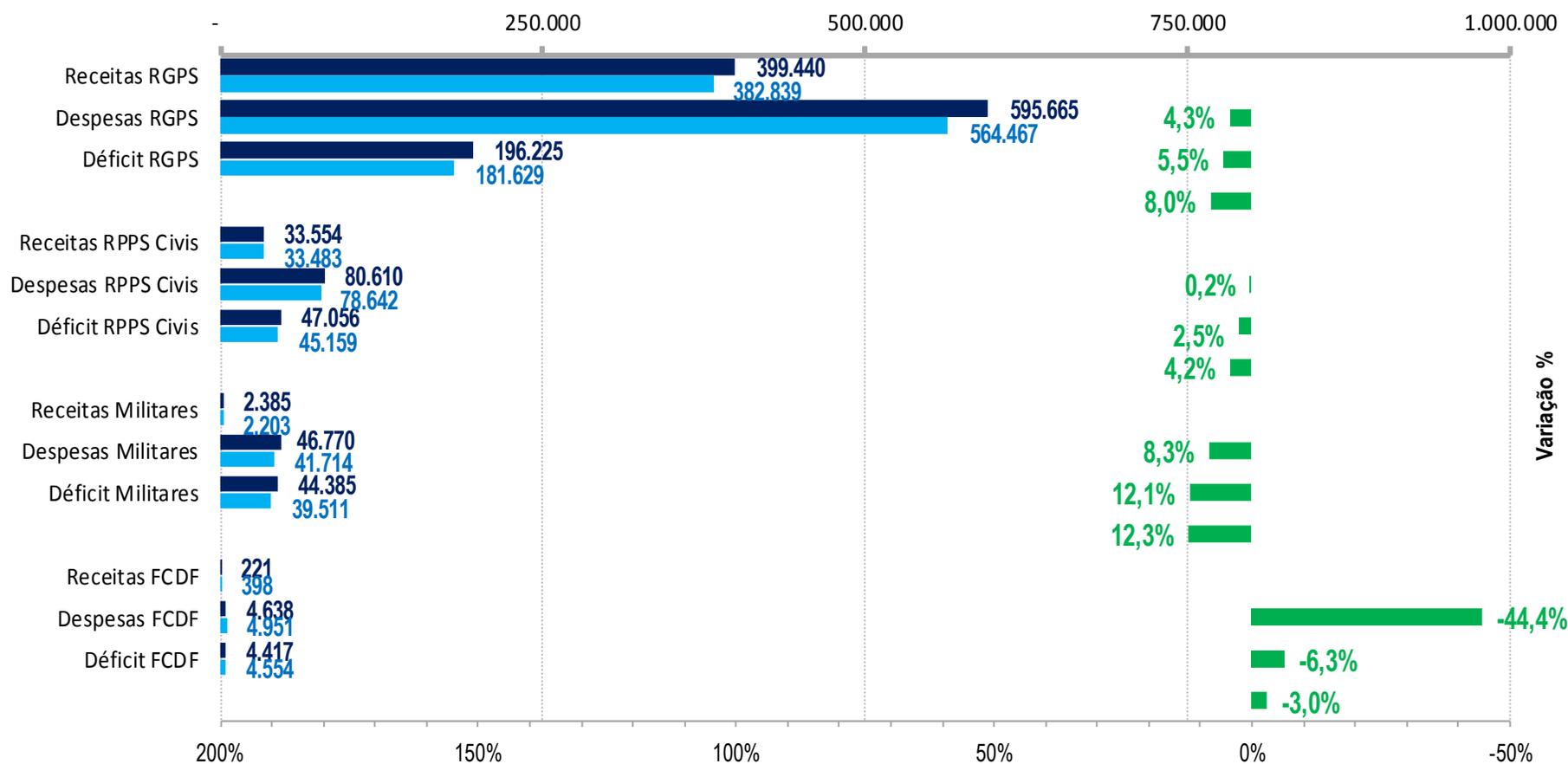
Anexo 4

Port. STN 389/2018

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - Acumulado últimos 12 meses

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior. Valores em vermelho significam redução ou queda no montante do período anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ Fev/2018 a Jan/2019

■ Fev/2017 a Jan/2018

■ % Comparação

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Anexo 4 – Previdência.

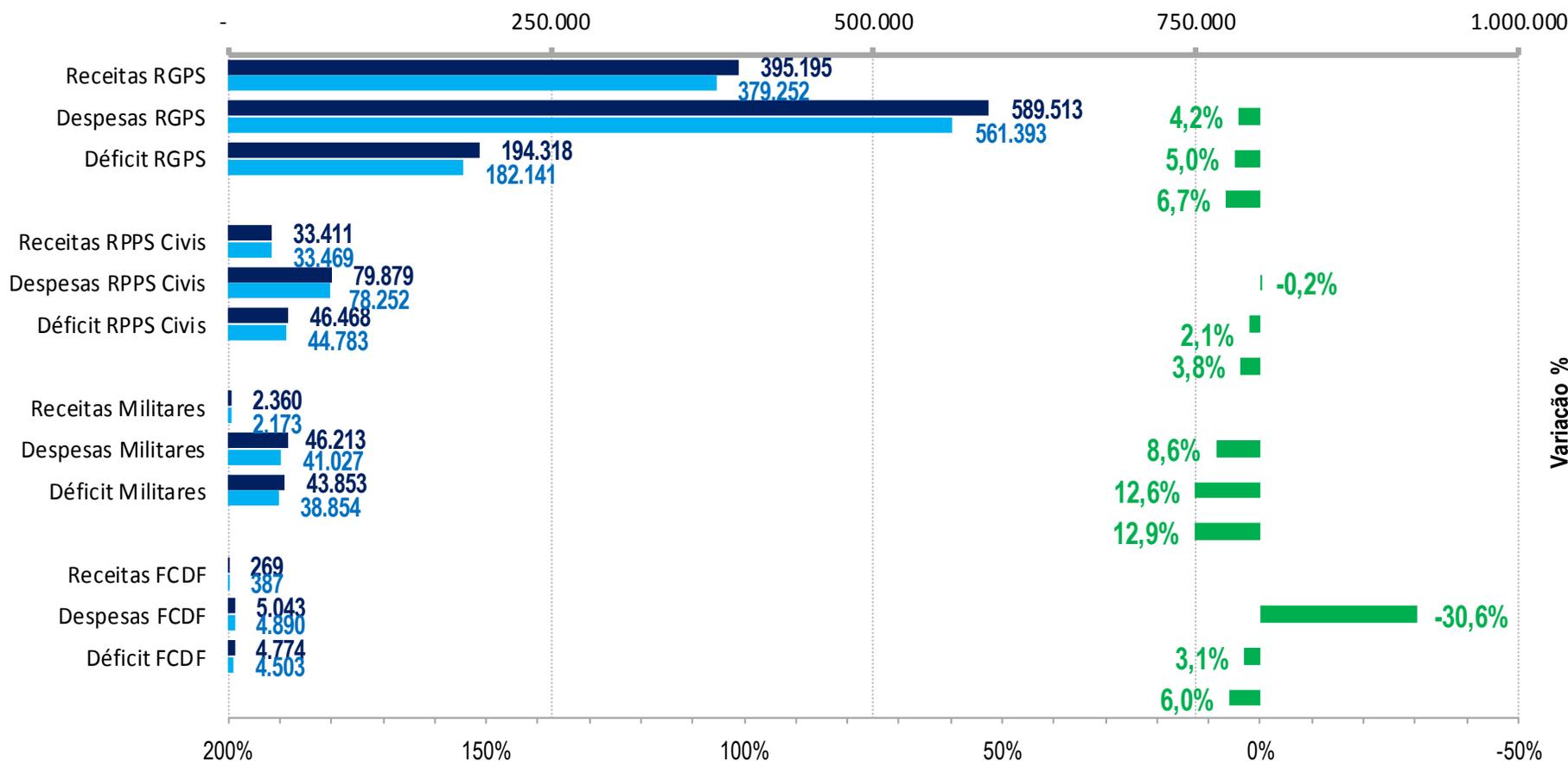
Anexo 4

Port. STN 389/2018

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas – 2018 e 2017 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2018
- 2017
- % 2018/2017

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Anexo 4 – Previdência.

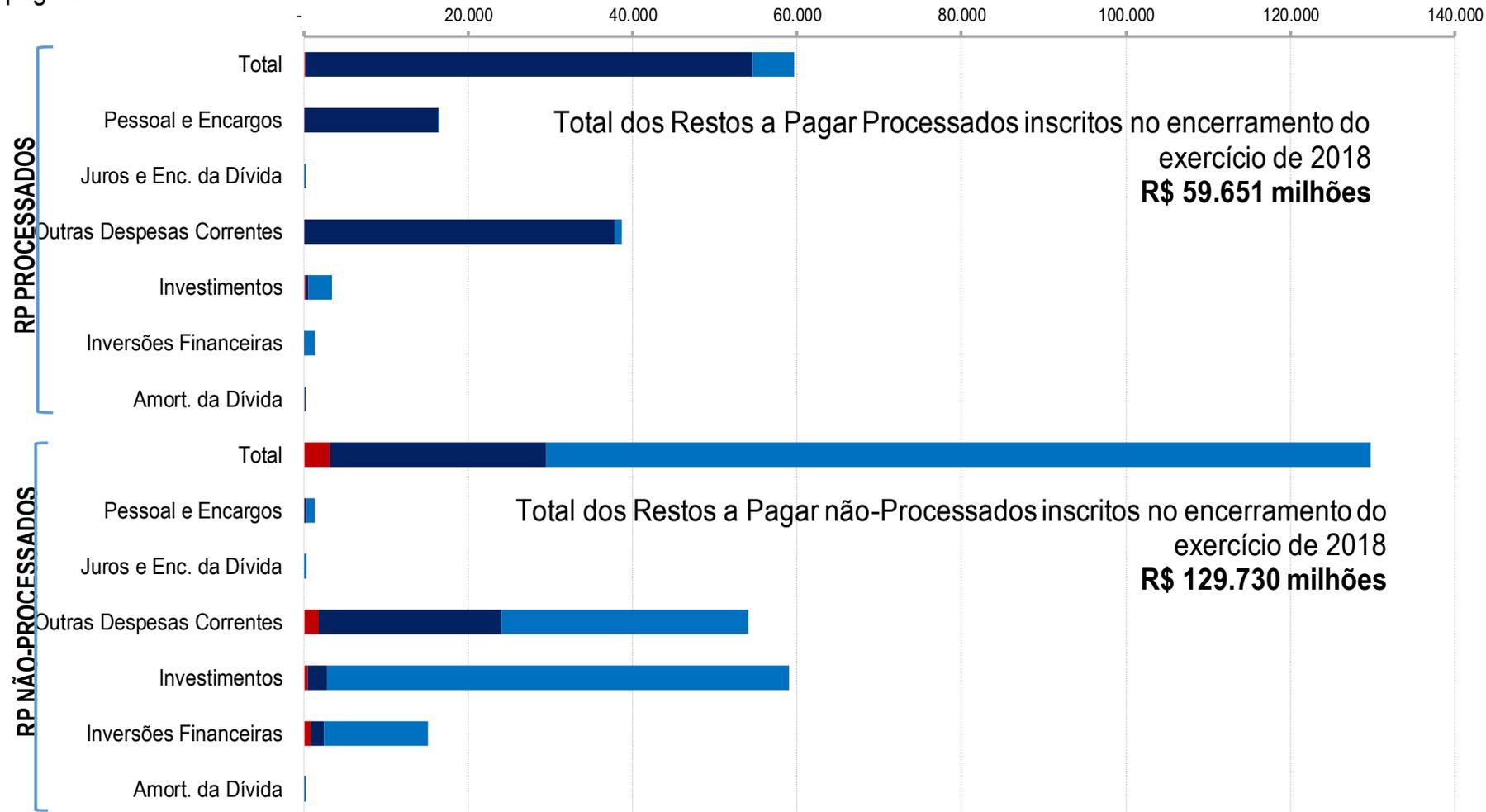
Anexo 7

Port. STN 389/2018

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Panorama Geral

A figura abaixo ilustra a situação da execução de Restos a Pagar por grupo de despesa, segregando-se os RP processados dos não-processados. Para maior clareza, os RP processados e os não-processados serão demonstrados em figuras distintas nas próximas páginas.



Restos a Pagar

Quando uma despesa empenhada não é paga até o final de um exercício, é inscrita em restos a pagar. Ela é então classificada como processada (liquidada), quando tiver sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento; ou não processada (não liquidada), quando tiver sido contratada, mas sem ainda ter sido executada efetivamente.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Anexo 7.

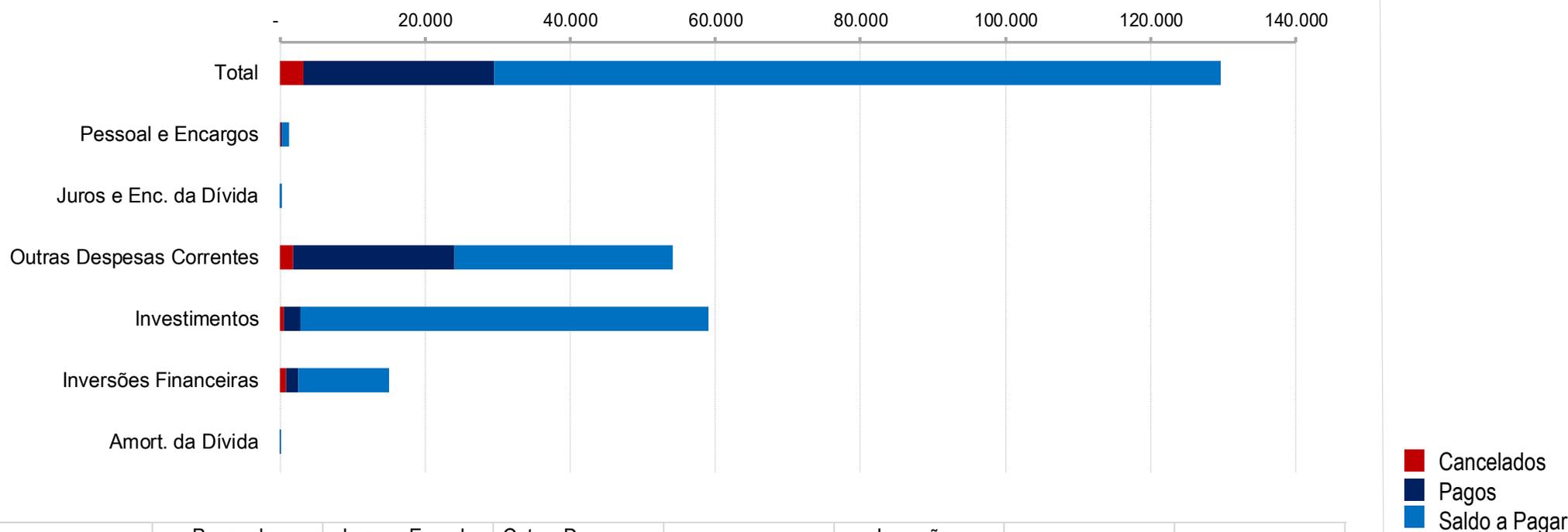
Anexo 7

Port. STN 389/2018

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Fevereiro/2019 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Em R\$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	36	-	1.822	480	798	-	3.134
■ Pagos	275	1	22.176	2.278	1.664	2	26.396
■ Saldo a Pagar	937	268	30.100	56.292	12.554	48	100.200
Total	1.248	269	54.098	59.049	15.016	50	129.730

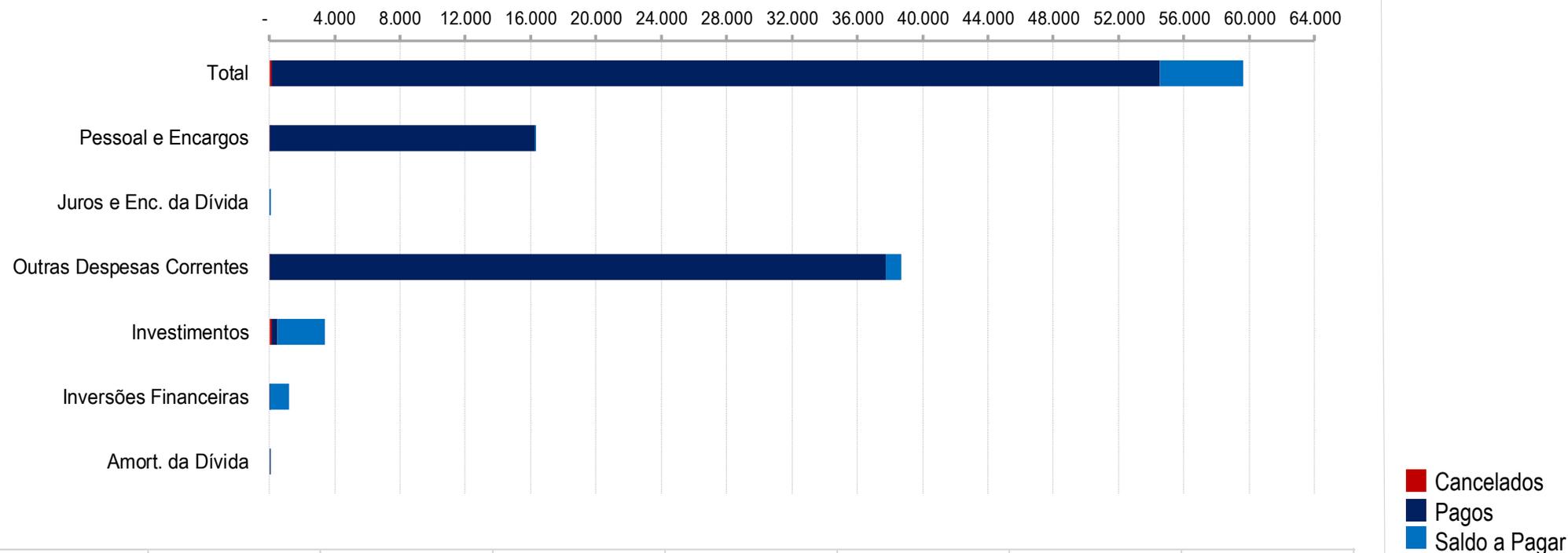
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Anexo 7.

Anexo 7

Port. STN 389/2018

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Fevereiro/2019 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Em R\$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	21	-	23	117	2	-	163
■ Pagos	16.248	0	37.725	399	4	7	54.385
■ Saldo a Pagar	83	1	917	2.878	1.223	-	5.103
Total	16.353	1	38.665	3.395	1.230	7	59.651

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Anexo 7.

Anexo 8

Port. STN 389/2018

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Fevereiro/2019 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios) do exercício anterior, corrigida pelo IPCA acumulado de julho do exercício anterior e junho do exercício anterior. Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação a despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



Receita Líquida de Impostos

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC N° 95, o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2018, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Limite de Educação	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	FEV/2019
Receita Líquida de Impostos (RLI)	101,3	116,8	159,5	205,5	218,8	239,1	245,5	237,3	258,8	272,1	299,2	65,8
Despesas Executadas com Educação	19,2	24,4	30,9	39,8	56,0	53,9	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	8,8
Limite Mínimo (em Dezembro)*	18,2	21,0	28,7	37,0	39,4	43,0	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7
Despesa Excedente ao Mínimo	0,9	3,3	2,2	2,8	16,6	10,9	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8

Port. STN 389/2018

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Fevereiro/2019 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de fevereiro/2019, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

Período	RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
fevereiro de 2019	R\$ 65,82 Bi	R\$ 52,67 Bi	R\$ 8,80 Bi	16,7%
fevereiro de 2018	R\$ 59,06 Bi	R\$ 50,45 Bi	R\$ 9,11 Bi	18,1%
fevereiro de 2017	R\$ 52,74 Bi	R\$ 48,98 Bi	R\$ 8,77 Bi	17,9%
fevereiro de 2016	R\$ 49,00 Bi	R\$ 46,58 Bi	R\$ 8,66 Bi	18,6%
fevereiro de 2015	R\$ 47,80 Bi	R\$ 46,54 Bi	R\$ 8,69 Bi	18,7%
fevereiro de 2014	R\$ 43,87 Bi	R\$ 44,19 Bi	R\$ 6,65 Bi	15,0%
fevereiro de 2013	R\$ 43,37 Bi	R\$ 43,03 Bi	R\$ 4,49 Bi	10,4%
fevereiro de 2012	R\$ 41,02 Bi	R\$ 39,39 Bi	R\$ 5,33 Bi	13,5%
fevereiro de 2011	R\$ 34,59 Bi	R\$ 36,99 Bi	R\$ 5,87 Bi	15,9%
fevereiro de 2010	R\$ 21,44 Bi	R\$ 28,72 Bi	R\$ 3,07 Bi	10,7%
fevereiro de 2009	R\$ 16,87 Bi	R\$ 21,02 Bi	R\$ 2,76 Bi	13,1%
fevereiro de 2008	R\$ 20,00 Bi	R\$ 18,24 Bi	R\$ 2,01 Bi	11,0%

Receita Líquida de Impostos

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95, o limite mínimo com educação, a partir de 2019, será o limite mínimo de 2018 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019 e anteriores, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 12

Port. STN 389/2018

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Fevereiro/2019 (R\$ bilhões)

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de, no mínimo, 15% da Receita Corrente Líquida do exercício financeiro anterior, corrigida pelo IPCA acumulado de Julho do exercício ante anterior e Junho do exercício anterior .

**Cálculo do Mínimo**

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Limite de Saúde	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	FEV/2019
Despesas Executadas com Saúde	48,7	58,3	62,0	72,4	80,1	83,1	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	17,3
Limite Mínimo (em Dezembro)	48,6	55,0	61,2	72,1	79,5	82,9	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	0,1	3,3	0,7	0,2	0,6	0,1	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12

Port. STN 389/2018

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Fevereiro/2019 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de fevereiro/2019, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

Período	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
fevereiro de 2019	R\$ 117,29 Bi	R\$ 17,27 Bi	14,7%
fevereiro de 2018	R\$ 112,36 Bi	R\$ 12,71 Bi	11,3%
fevereiro de 2017	R\$ 109,09 Bi	R\$ 13,49 Bi	12,4%
fevereiro de 2016	R\$ 95,37 Bi	R\$ 12,70 Bi	13,3%
fevereiro de 2015	R\$ 98,31 Bi	R\$ 15,36 Bi	15,6%
fevereiro de 2014	R\$ 91,61 Bi	R\$ 11,60 Bi	12,7%
fevereiro de 2013	R\$ 82,91 Bi	R\$ 6,91 Bi	8,3%
fevereiro de 2012	R\$ 79,51 Bi	R\$ 6,60 Bi	8,3%
fevereiro de 2011	R\$ 72,13 Bi	R\$ 8,81 Bi	12,2%
fevereiro de 2010	R\$ 61,23 Bi	R\$ 7,00 Bi	11,4%
fevereiro de 2009	R\$ 54,96 Bi	R\$ 4,64 Bi	8,4%
fevereiro de 2008	R\$ 48,56 Bi	R\$ 4,18 Bi	8,6%

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

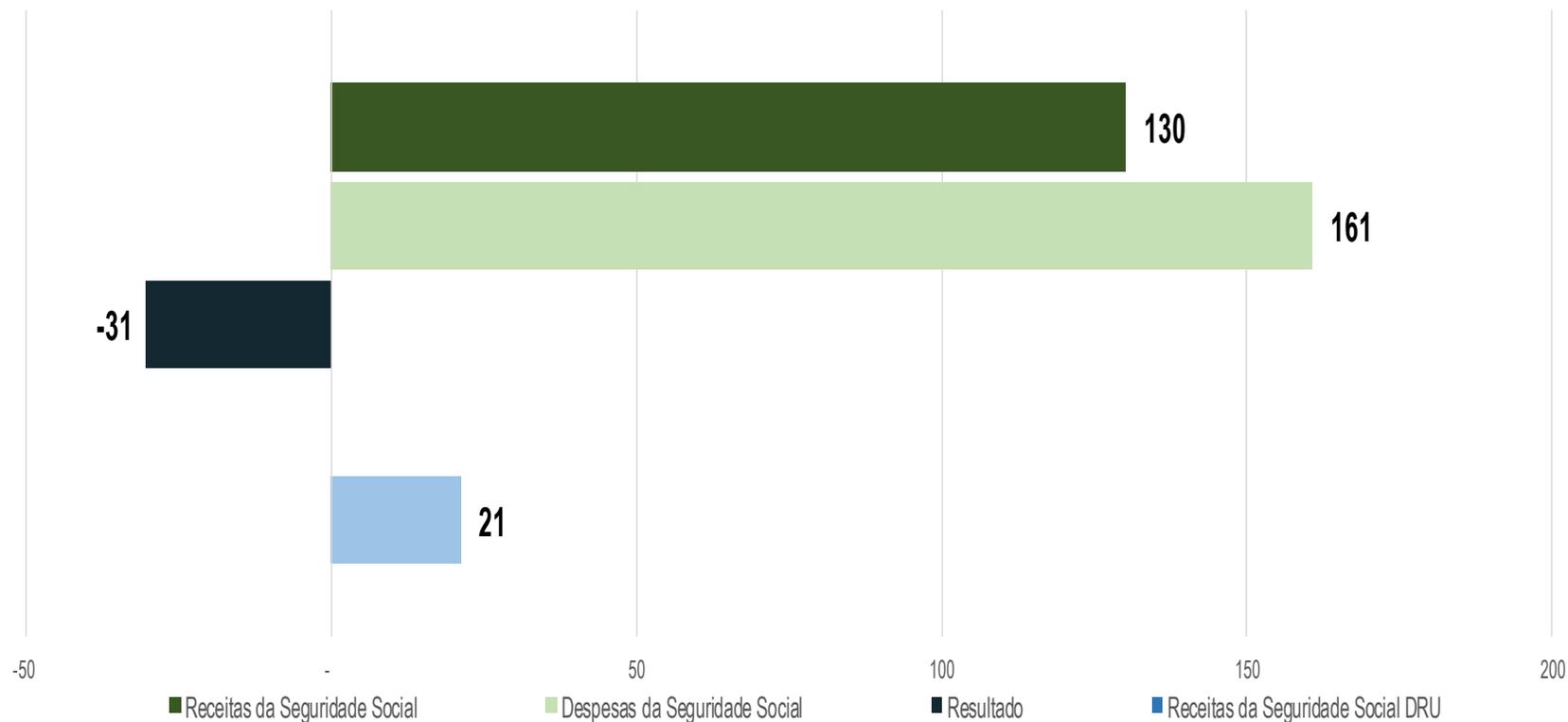
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Fevereiro/2019 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Fevereiro/2019 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Fevereiro de 2019, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RGPS	40,94	45,83	52,12	55,08	57,69	58,17	61,75	66,00
RPPS - Civil	3,53	3,43	4,28	4,59	4,51	5,08	5,11	5,20
Pensões Militares	0,33	0,29	0,32	0,36	0,46	0,49	0,34	0,37
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	39,71	46,24	48,57	52,79	65,53	50,22	56,70	58,54
Total das Receitas	84,51	95,80	105,29	112,82	128,18	113,96	123,90	130,11
Despesas da Seguridade Social								
Despesas do RGPS	51,20	62,67	66,81	67,49	76,84	86,59	89,66	0,95
RPPS - Civis (inclusive FCDF)	8,85	9,48	9,76	10,62	11,10	12,77	13,19	13,52
Pensionistas Militares	3,60	3,50	4,52	4,98	2,58	2,93	3,27	3,49
Saúde	6,60	6,91	11,60	15,31	12,70	13,49	12,71	17,27
Assistência Social	8,65	9,48	10,73	11,24	12,41	13,79	14,06	14,96
Abono Salarial	-	-	-	0,08	5,78	4,42	4,82	5,06
Seguro Desemprego	4,36	5,20	5,57	6,56	5,71	5,47	5,61	5,66
Demais Despesas	1,99	2,63	2,67	3,21	3,21	3,77	3,86	99,72
Total das Despesas	85,25	99,88	111,65	119,49	130,32	143,23	147,18	160,64
Resultado								
Resultado da Seguridade Social	-0,74	-4,08	-6,36	-6,68	-2,14	-29,28	-23,27	-30,53
Receitas Desvinculadas (DRU)	9,20	10,40	10,79	11,53	0,00	17,83	20,54	21,14
Resultado com Receitas Desvinculadas	8,46	6,32	4,43	4,85	-2,14	-11,45	-2,73	-9,39

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

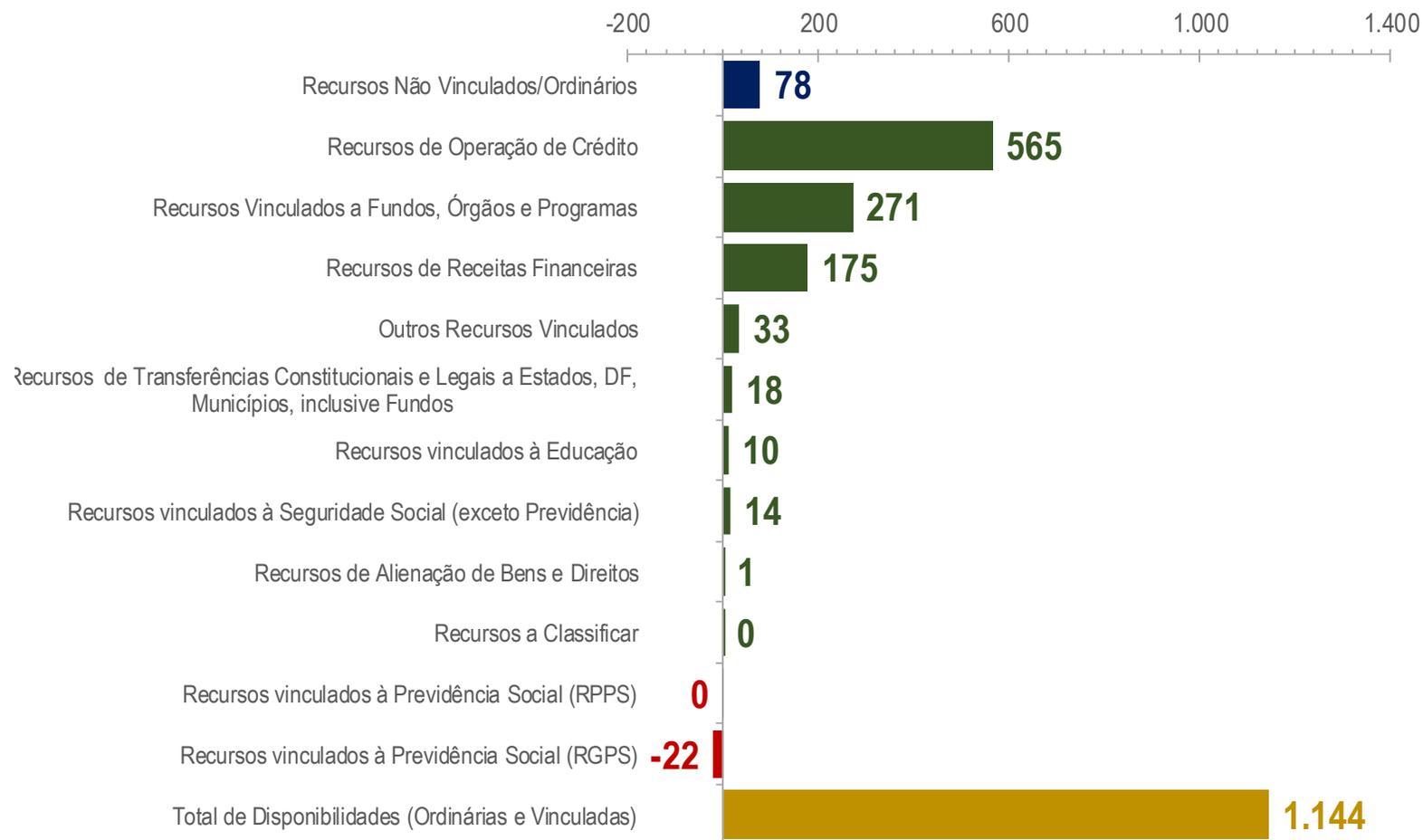
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019 e anteriores, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Fevereiro/2019 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em fevereiro/2019, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de fevereiro de 2019, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.